



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1

**TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO
DE USO ONEROSO Nº16/GABEX
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO
GRANDE E A EMPRESA PARA A
CONCESSÃO ONEROSA ATRAVÉS DE
PERMUTA DE TORRES DE
TELECOMUNICAÇÃO EM
CONFORMIDADE COM A
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº005/2016**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito ao Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob o nº 139.673.040-00, denominado **CONCEDENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua CEP, neste ato representada pela Sr^a, na qualidade de, portadora do RG nº doravante denominada **CONCESSIONÁRIO**, de conformidade com a lei 8.666/93. Celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo a concessão de uso oneroso, através de permuta de uso para exploração comercial de torres de telecomunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO : O prazo de vigência do presente contrato será de 24(vinte e quatro) meses, renovável por um prazo máximo de 60 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO: O valor de que trata a cláusula segunda, sofrerá reajuste a cada 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do presente contrato, aplicando-se o índice de variação do Unidade de Referência do Município – URM

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO: O serviço será fiscalizado pela Gabinete do Executivo - GABEX, a qual indicará um funcionário responsável para tal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO: O CONCESSIONÁRIO obriga-se perante a CONCEDENTE a:



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

2

- a) Estar situado até um raio de 01 Km da infraestrutura cedida e apresentar viabilidade técnica (visada livre), ou ainda em outro local definido pela concedente, desde que a concessionária tenha as condições técnicas para o atendimento;
- b) Prover comercialmente acesso à banda larga internet para os moradores da localidade, até um raio de 1km da infraestrutura cedida;
- c) Realizar a manutenção da estrutura cedida, dentro do período de vigência do contrato;
- d) Sujeitar-se a fiscalização do GABEX;
- e) Realizar as modificações que julgarem necessárias mediante autorização pela concedente e fiscalizada pela Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento – SMCP;
- f) Ter ciência que as benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;
- g) Estar ciente que todas as despesas de manutenção e conservação das torres serão de exclusiva responsabilidade do concessionário, assim como a provisão de material e/ou equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento;
- h) Devolver as torres em perfeitas condições de uso, no término do prazo contratual, ou da sua prorrogação (se houver), independente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

Parágrafo Segundo: A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONCESSIONÁRIO, dos valores mensais, decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data do vencimento do débito, independente de qualquer notificação, ficando o mesmo suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: A alteração da razão social ou do ramo de atividade, durante o período de vigência do presente termo, autorizará a rescisão de pleno direito do contrato.

Parágrafo Quarto: Constituí motivo para imediata rescisão a alteração das características arquitetônicas das dependências.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO CONTRATO: Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

3

Parágrafo Primeiro: É assegurado o direito de sucessão a herdeiros legítimos, em caso de falecimento do outorgado, obedecendo a prazo original da outorga, nos termos dos artigos 1.829 e seguintes do Título II Livro V da Parte Especial do Código Civil.

Parágrafo Segundo: A transferência de que trata o parágrafo anterior não exime a responsabilidade de débito e obrigações referentes a permissão de uso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) Advertência
- b) Multa administrativa equivalente até 10% (dez por cento) do valor do contrato a ser calculada conforme a gravidade da infração;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA– DOS CASOS OMISSOS: Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA– DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2016

Contratada

.....

Secretário de Município de

Ademir Giambastiani Casartelli

Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMDP/GCLC/CSCI/CONTRATADA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a).

_____ e

o(a) senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato

.....
Secretário de

Rio Grande, ... de de 2016.